



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006059-33.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **SHIRLEI APARECIDA BATISTA DOS SANTOS**
 Requerido: **Cia Brasileira de Distribuição**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter comparecido a um estabelecimento da ré para pagar uma fatura de seu cartão de crédito, o que tencionava fazer com parte do total em dinheiro e parte com o cartão que mantém junto à Caixa Econômica Federal.

Alegou ainda que a funcionária da ré que a atendeu informou que a transação com o cartão não se concretizou, razão pela qual obteve um empréstimo em dinheiro junto à sua filha para a quitação integral da fatura, mas depois foi surpreendida com um saque em sua conta no montante correspondente ao que pagaria com o cartão.

Almeja à condenação da ré a restituir-lhe em dobro esse valor.

Os documentos apresentados pela autora respaldam sua versão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Os de fl. 03 atinam à fatura cuja quitação a autora postulava e aos dois pagamentos em dinheiro feitos com essa finalidade, um de R\$ 1.280,10 e o outro de R\$ 839,01.

Já o de fl. 04 demonstra a operação junto à ré no importe de R\$ 839,01 e o saque de conta da autora nesse mesmo valor.

A ré na contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pela autora e tampouco se manifestou sobre a prova documental aludida, deixando de explicar por qual razão foram feitos a operação e o saque apontados a fl. 04, de um lado, bem como o pagamento em dinheiro de fl. 03 na exata extensão daquele saque, de outro.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Isso porque como a explicação da autora foi satisfatoriamente comprovada e nada justifica o recebimento por parte da ré da mesma quantia (R\$ 839,01) por duas vezes consecutivas a conclusão é que isso derivou da falha na prestação dos serviços a seu cargo.

A devolução da importância é nesse contexto de rigor, inclusive como forma de evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré e de levar às partes ao status quo ante, cumprindo registrar que de acordo com as testemunhas inquiridas isso já se implementou.

Ressalvo, contudo, que essa restituição não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido desidiosa, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 839,01, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento, e juros de mora, contados da citação.

Tornando a decisão de fls. 05/06, item 1, definitiva, dou a obrigação imposta à ré por cumprida e determino que após o trânsito em julgado seja dada baixa definitiva nos autos digitais.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 12 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**